

Visões do pré-sal

Rogério L. Furquim Werneck*

Entrevistas recentes com pessoas que tiveram influência na concepção dos projetos de lei do pré-sal ajudam a identificar visões e argumentos equivocados que inspiraram pontos especialmente problemáticos desses projetos. Merecem atenção a entrevista de Guilherme Estrella, diretor de Exploração e Produção da Petrobrás, no **Estado** de 9/9, e as da Ministra Dilma Rousseff, no *Financial Times* de 7/9 – disponível na íntegra no site do jornal – e no *Valor Econômico* de 3/9.

Guilherme Estrella tem idéias um tanto peculiares sobre o que deve pautar o ritmo de exploração do pré-sal. Argui que, como o País já atingiu a autossuficiência, não tem razão para ter pressa. Defende que o avanço da exploração seja ditado pela evolução da produção nacional de equipamentos para indústria de petróleo. O argumento denota visão quase religiosa da autossuficiência, desprovida de sentido econômico. Tendo o País atingido a autossuficiência, não haveria tanta urgência para aumentar a produção de petróleo. Por outro lado, a idéia de condicionar a expansão da produção à capacidade de fornecimento da indústria nacional de bens de capital é completamente estapafúrdia. Basta imaginar o que ocorreria se fosse aplicada a outros setores. Que tal atrelar o ritmo de expansão da produção de minério de ferro, celulose, soja, aço ou automóveis à evolução da produção nacional de equipamentos requeridos para a produção de cada um desses bens? Salta aos olhos que não faz o menor sentido.

Ter pressa ou não envolve escolha intertemporal que deveria ser baseada nas preferências do povo brasileiro, a quem supostamente pertencem, em última análise, as jazidas do pré-sal, como tanto tem alardeado o governo. E o povo, ao contrário do que supõe Estrella, tem pressa. Muita pressa. A primeira a reconhecer isso é a própria Ministra Dilma Rousseff, na entrevista que concedeu ao *Financial Times*. Ao tentar justificar a necessidade de aprovar os projetos do pré-sal no Congresso, a toque de caixa, em meio à mobilização do governo com as eleições de 2010, a ministra argui que “não estamos numa situação em que se possa deixar o povo esperando”. Mas é bem possível que a pressa que a ministra conseguiu detectar no povo seja apenas para aprovação dos projetos no Congresso. E não para ter acesso aos benefícios que advirão do pré-sal.

Guilherme Estrella vê a condição de operadora única do pré-sal, que o governo quer conceder à Petrobrás, como a forma de assegurar à empresa a escala necessária para cumprir a “missão” que lhe foi imposta: o desenvolvimento da produção nacional de equipamentos no País. Sobrecarregada com o monopólio da operação nos blocos do pré-sal licitados sob regime de partilha e a obrigação de assumir 30% de cada

consórcio, a Petrobrás terá de receber grande aporte de recursos da União. São equívocos em cascata, que se acumulam.

Mas, no *Financial Times*, a ministra Dilma Rousseff tenta evitar a todo custo reconhecer que a União vai pôr dinheiro público na Petrobrás. Há nisso mudança importante de discurso. Há poucos dias, o governo chegou até a mencionar cifra de R\$ 100 bilhões, que é quanto valeria a reserva de 5 bilhões de barris que a União aportaria à Petrobrás. Na entrevista ao *Valor Econômico*, em 3/9, a ministra não poderia ter sido mais clara: “o que estamos dando é dinheiro”. No *Financial Times*, contudo, a ministra alega que o governo não dispõe de recursos para fazer aporte tão grande à empresa. E quando o repórter menciona que o governo estaria de fato pondo dinheiro público na Petrobrás, a ministra resiste a tal interpretação.

É tapar o sol com a peneira. O governo já percebeu que, com base em qualquer escala razoável de prioridades, a idéia de aportar R\$ 100 bilhões do Tesouro à Petrobrás é indefensável. Por isso, tenta tergiversar, arguindo que não se trata exatamente de dinheiro público. Mas, na própria entrevista, a ministra reconhece que “se estivéssemos botando 5 bilhões de barris nas mãos de qualquer empresa privada ela adoraria”. Não só adoraria, como estaria disposta a pagar por isso. A verdade, contudo, é que, para bancar as “missões” que quer atribuir à Petrobrás, o governo prefere abrir mão de usos mais nobres que poderia dar aos R\$ 100 bilhões, quando bem sabe que sobram investidores privados dispostos a investir no pré-sal, se o marco regulatório fizer sentido. É disso que se trata.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.